LIVROS

A SINOLOGIA NO BRASIL

*Severino Bezerra Cabral Filho**

O Alicerce Cultural da China
Ricardo Joppert
Rio de Janeiro: Editora Avenir Ltda., 1978

Em 1918 aparecia, em edição promovida por Ezra Pound, o ensaio de Ernest Fenollosa, *O Caráter da Escrita Chinesa como um Instrumento para a Poesia.*[1] Nele o grande orientalista norte-americano anunciava: "Este século XX não somente vira uma página do livro do mundo como também dá início a outro espantoso capítulo. (. . .) O problema chinês, de per si, já é tão vasto que nenhuma nação se pode permitir ignorá-lo. (. . .) E a única maneira de dominá-lo será esforçando-nos com paciente simpatia por compreender os elementos melhores, mais promissores e mais humanos nele contidos".

A devotada simpatia de Fenollosa ao ideograma chinês produziu inegáveis e positivos efeitos: influenciou a obra de Pound que estava no centro de gravidade da revolução estética por que passou a poesia e a prosa inglesas no imediato pós-guerra (Joyce e Eliot lançam quase a seguir *Ulisses* e *The Waste Land*). Por outro lado legitimou todos os esforços de compreensão do universo cultural chinês.

À mesma época, na China, uma nova geração de intelectuais, sob o impacto da Revolução de Outubro e do Movimento de 4 de Maio, se dirigia para um destino revolucionário. E isto ocorria no momento em que a continuidade do mundo histórico chinês estava mais do que nunca ameaçada pela cobiça das grandes potências.

Desde então os estudos do mundo chinês ampliaram-se na proporção mesma do reerguimento desse povo. Hoje em dia, aos estudos do mundo chinês clássico, se acrescentam as análises da Revolução Chinesa e da Nova China.

Infelizmente, no Brasil a tradição desses estudos é pequena e escassa é a bibliografia de autores nacionais voltados para um conhecimento profundo da cultura chinesa.

Entre esses poucos e raros especialistas encontramos, possuído da mesma simpatia pelo mundo sínico de que reclamava Fenollosa, o prof. Ricardo Joppert. Aliando erudição e sensibilidade, Joppert analisa, em seu livro *O Alicerce Cultural da China*, o sistema cultural chinês quase que em sua épura, tal como se deixou fixar ao fim dos primeiros séculos do segundo século de nossa era.

Neste livro o sinólogo brasileiro acompanha em um grande painel a evolução da cultura no espaço chinês, desde a muito perdida no tempo do paleolítico superior (Homem de Lantian e Homem de Pequim) até o neolítico com as culturas [illegible]. A cristalização dessa [illegible] poderosa civilização histórica [illegible] com a funda-

* *Professor de História da China Moderna e Contemporânea do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.*

dação do Estado-Império de Qin Shihuangdi — um imenso Estado que durou dois mil anos.

O "alicerce cultural", tema central do livro, aparecerá como o princípio unificador do mundo chinês clássico. Nas palavras do autor, é "uma tentativa de revelar os elementos constitutivos do alicerce de uma civilização, que, por sua capacidade de manter-se e pelos valores superiores defendidos nessa sobrevivência, bem representa a humanidade".

A idéia básica a presidir o livro é a de que na China se desenvolveu, como um sistema filosófico universal, a concepção de uma ordem natural, que tudo gera e governa (O Dao) e à qual é necessário adaptar-se, integrar-se. Esta ordem que rege o mundo e a sociedade constitui uma totalidade resultante do jogo alternado de dois princípios opostos e complementares: o Yin e o Yang. A totalidade orgânica da cosmologia chinesa clássica influiu decisivamente no sistema político chinês. Por meio da teoria do "mandato celeste" (Tienming) detido pelo soberano (Wang) se legitimavam as dinastias. Como mediador entre a ordem do céu e o mundo dos homens, o soberano representava a garantia de que a harmonia do mundo não se veria perturbada por convulsões sociais ou catástrofes naturais.

O sistema filosófico confuciano[2] se encontrava, portanto, articulado a uma ordem social por ele coordenada e dirigida. Desde o século III a.C., unificou-se o mundo chinês sob a forma de um imenso Estado unitário e centralista. A sua administração só será possível por meio de um corpo de especialistas formados no "saber das tradições" e dos livros clássicos. O controle exercido sobre a massa dos camponeses — os inumeráveis braços que sustentavam com seu trabalho todo o esplendor da civilização do Zhonghua — baseava-se, pois, em mecanismos de poder-saber que produziram um alto consenso, com um relativamente baixo nível de coerção física (se compararmos com outras formações e excetuarmos os períodos de crise).

Os elementos dessa configuração filosófica genericamente denominada confucionismo[3] são, pois, longamente descritos e expostos no livro. E a sua leitura desperta o leitor para o conhecimento histórico dessa formação social — a China clássica — e o seu sistema cultural e político, cuja forma acabada o autor considera ter emergido na época da dinastia Han.

Há, entretanto, dois aspectos que nos parecem importante assinalar. O autor restringiu-se a analisar o que chamou de a "mentalidade chinesa arraigada no inconsciente do povo", ou o "arcabouço psicológico humano ditado pelo *global* da civilização chinesa". Esse tipo de análise, embora lastreada num sólido conhecimento da cultura clássica chinesa, permanece detida no interior de um campo de noções desenvolvidas no Ocidente e que se encontra realizada nos princípios da Filosofia da História, de Hegel: "A China é uma forma sem tempo." Este preconceito, que permeia toda a análise hegeliana do mundo oriental, é a outra face de uma concepção idealista, espiritualista da história. O "princípio espiritual" — no caso chinês, segundo Hegel, a relação patriarcal — é uma essência interna a cada fenômeno histórico. Seu caráter reducionista, evolucionista está presente na análise histórica de Hegel e na sua continuidade.

Em certa medida, o organicismo da filosofia tradicional chinesa pode ser descrito a partir de alguns elementos centrais. Mas a articulação desse sistema teórico e político com as relações de produção presentes na formação social chinesa é um processo complexo que não se deixa apreender por uma erudição que busca seu referencial teórico no quadro de uma ciência do "espírito" ou da "moral". Até mesmo as análise históricas empreendidas no quadro de uma concepção marxista idealizante, como na monumental obra de Joseph Needham e seus colaboradores, *Science and civilization in China*, podem apresentar o mesmo e desarmante encontro com uma "natureza humana" em busca de harmoniosa integração com o "mundo natural". Uma alternativa liberalizadora desses dogmas idealistas deve fundar uma análise que tenha por meta apreender cada elemento como um processo múltiplo, desigual, contraditório de um sistema material de produção de formas ideológicas.

Outro aspecto a salientar é o distanciamento das análises do livro com as preocupações que hoje se apresentam à análise histórica do mundo chinês, mesmo clássico, a partir do desencadeamento da Revolução Chinesa. Acontecimento que transformou profundamente a cultura clássica, que passou a ser determinada por novos interesses sociais e coletivos. Que o caráter de classe das formas culturais tenha sido exposto de maneira iniludível ao longo das transformações políticas ocorridas na China Contemporânea é um fato de ampla significação. Desde o fim do sistema dos exames, passando pela evolução nas formas do chinês literário até a forma de língua, inúmeros acontecimentos remodelaram o espaço político-cultural chinês e abrem campo de investigação novos e instigantes aos estudiosos que, como Ricardo Joppert, conhecem a cultura clássica.

Talvez o jovem sinólogo brasileiro venha a se interessar por essas questões e nos brindar com análises ricas, nuançadas, do complexo mundo cultural chinês de hoje. Para tanto, cremos que ganharia muito em romper com certa concepção unilateral dos fenômenos históricos e em procurar conhecer o passado na perspectiva do presente. Estaria seguindo sábias palavras de Wei Zhang, do século VI: "Aquele que escuta os dois lados terá o espírito esclarecido".

O livro de Ricardo Joppert, professor do Centro de Estudos Afro-**Asiáticos**, é uma contribuição de méritos inegáveis. Faz avançar entre nós a idéia da necessidade de estudos acadêmicos sérios sobre o mundo chinês clássico e contemporâneo. Além do que, concordamos inteiramente com sua justa advertência de que "cresce a evidência da impossibilidade de ignorar a China e o seu papel no mundo".

NOTAS

1 Publicada em português na importantíssima antologia organizada e apresentada por Haroldo de Campos, sob o título *Ideograma lógica poesia linguagem* (São Paulo: EDUSP/Cultrix, 1977).

2 O confucionismo é a forma convencional de se referir a um conjunto de formas ideológicas sistematizadas ao longo de séculos e que têm no sábio ministro de Lu um referencial emblemático. Um extrato da obra de Mêncio na edição de Legge ilustra as concepções acerca do governo dos homens segundo a tecnologia política confuciana: "Os que se dão ao trabalho da inteligência *governam os demais;* os que trabalham com sua força são governados. Os que são governados sustentam os demais, os que governam são sustentados por eles".

3 O sistema de exame, que passou a controlar a cooptação dos quadros para a burocracia mandarínica desde o reinado de Han Wudi em 136 a.C., foi instituído a partir dos Tang, e perdurou até o início do século XX. O fim desse sistema — um dispositivo político e institucional de produção de saber-poder — precedeu de pouco o eclipse do Império e da última dinastia, em meio a grande vaga revolucionária que varreu o "antigo regime" e impôs a Nova China. Um importante estudo sobre o sistema dos exames é o trabalho de Wolfgang Franke, *The Reform and Abolition of the Traditional Examination System* (Cambridge, 1961).